

Procedimento concursal de caráter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego público, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado restrito a candidatos abrangidos pelo Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (PREVPAP).

Ata nº 2- Ref. M

Aos vinte e três dias do mês de novembro de 2020, no edifício da Paços do Concelho do Município de Tabuaço, reuniu o júri do procedimento concursal supra identificado, designado por despacho do Presidente da Câmara Municipal, constituído por Vitor Jorge Mota de Carvalho, Dirigente intermédio de 2º grau do Município do Peso da Régua, que preside, e pelos Vogais Efetivos, Rúben Tiago Mota Gouveia, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos e Sónia Cristina Monteiro Queirós, Técnica Superior do Município do Peso da Régua, e pelos Vogais Suplentes; Ana Isabel Mendes Fonseca, Técnica Superior do Peso da Régua e, Maria José Pereira F. Guedes Leite, Técnica Superior do Município do Peso da Régua com vista ao preenchimento de 50 postos de trabalho necessários na carreira/categoria de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Tabuaço, visando a constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, relativo às referências M, aberto no âmbito da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (PREVPAP).

Considerando que o Aviso de Abertura do presente procedimento concursal de Regularização de Vínculos Precários, foi publicitado na página eletrónica do Município de Tabuaço, na BEP (Bolsa de Emprego Público) e em Edital nos Edifício do Paços do Concelho de Tabuaço, conforme o previsto no artigo 15.º n.º 1 da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, em 21 de dezembro de 2018, o Júri nos termos do n.º 1 do artigo 29.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na sua versão atualizada, procedeu à análise das mesmas. -----

2. Foram recebidas 10 candidaturas, de acordo com a seguinte lista: -----



Nome	Situação
Ana Isabel de Oliveira Monteiro	Não Elegível
Ângela Sofia Silva Morgado	Não Elegível
António Manuel Borges dos Santos	Não Elegível
Guilherme Marques Teixeira	Não Elegível
Joana Ferreira	Não Elegível
Jorge Manuel Teixeira Soares	Não Elegível
José Pedro Figueiredo Lopes Pereira	Não Elegível
Lídia Maria Gonçalves Pereira	Não Elegível
Mónica Patrícia Quelhas Pinto	Não Elegível
Telmo Manuel Pais Fonseca	Elegível

3. Verificados os elementos apresentados pelos candidatos, designadamente a posse dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à sua admissão ou avaliação, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a) Relativamente à Situação definida como “Elegível” – Admitir o candidato acima identificado ao Procedimento Concursal de Regularização de Vínculos Precários; -----

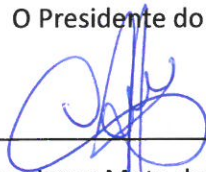
b) Relativamente à Situação definida como “Não Elegível” – Excluir os candidatos acima mencionados com fundamento na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro não sendo elegíveis por não cumprirem com o disposto no n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma, uma vez que não exerceram as funções a concurso nos períodos referidos no mesmo preceito. -----



Nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Júri,

O Presidente do Júri:



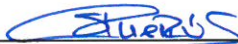
(Vitor Jorge Mota de Carvalho)

Primeiro Vogal Efetivo:



(Rúben Tiago Mota Gouveia)

Segundo Vogal Efetivo:



(Sónia Cristina Monteiro Queirós)

